

---

**Lei 1170/2022**

(Projeto de Lei nº 023/2022 – Autoria: Presidente da Câmara Municipal)

**DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DE CARGOS EM COMISSÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONDE (PB), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**A Prefeita Constitucional do Município de Conde**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 60, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Conde, Estado da Paraíba faz saber o que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**

**Das Disposições Preliminares**

**Art. 1º** Os serviços administrativos e legislativos da Câmara Municipal incubem as suas Secretarias, sob a suprema direção e supervisão político-administrativa da Presidência.

**Art. 2º** A estrutura administrativa de Cargos em Comissão da Câmara Municipal de Conde-PB é definida nesta Lei.

**CAPÍTULO II**

**Dos Grupos Ocupacionais**

**Art. 3º** Compõem o quadro dos cargos de provimento em comissão os seguintes Grupos Ocupacionais:

**I** – Direção e Assessoramento Superior – Simbologias: PL-DAS-1, PL-DAS-2, PL-DAS-3 e PL-DAS-4: Desenvolve atividades nos níveis diretivos superior, gerencial e executivo, além de assessoria e consultoria especializada.

**II** – Apoio Legislativo – Simbologias: PL-AL-1 e PL-AL-2: Desenvolve atividades dos níveis de assessoramento, assistência intermediária e básica das Secretarias, do Plenário, da Mesa, das Comissões e demais setores da Câmara Municipal de Conde.

**III** – Apoio Parlamentar – Simbologias: PL-AP-1 e PL-AP-2: Desenvolve atividades de assessoramento e assistência pessoal vinculadas diretamente aos vereadores.

**CAPÍTULO III**

**Do Quadro de Cargos em Comissão**

**SEÇÃO I**

**Do provimento dos cargos em comissão**

**Art. 4º.** Os Cargos em Comissão de que trata esta Lei são de livre nomeação e exoneração, a critério da Presidência, destinando-se às atribuições de direção, chefia e assessoramento, seguindo-se os critérios de idoneidade e da confiança pessoal.

**Art. 5º.** Para nomeação dos cargos em comissão será exigida a correlação entre as atribuições do cargo e os conhecimentos específicos de habilitação profissional.

**Art. 6º** A nomeação para os cargos em comissão será feita mediante Portaria do Presidente da Câmara Municipal.

**Art. 7º** A investidura no cargo em comissão de que trata esta Lei se dará com a posse perante setor de Recursos Humanos da Câmara Municipal, após apresentação da documentação comprobatória exigida pela Administração.

**Art. 8º.** No final de cada legislatura ocorrerá automaticamente a exoneração dos cargos em Comissão dispostos nesta lei.

## **SEÇÃO II**

### **Das Atribuições dos Cargos em Comissão**

**Art. 9º** As atribuições básicas dos cargos de provimento em comissão estão dispostas no **Anexo II**, desta Lei.

## **CAPÍTULO IV**

### **Da Remuneração dos Cargos em Comissão**

## **SEÇÃO I**

### **Das Disposições Gerais**

**Art. 10º** A remuneração dos servidores dos cargos de provimento em comissão será constituída de vencimento, nos termos desta Lei.

**§1º** Nenhum servidor ocupante de cargo em comissão receberá a título de vencimento importância inferior ao salário mínimo vigente no país.

## **CAPÍTULO V**

### **Das Disposições Finais e Transitórias**

**Art. 11º.** O regime jurídico aplicável aos servidores ocupantes de cargos em comissão da Câmara Municipal é exclusivamente o estatutário, cujas vantagens, direitos e deveres que não contrarie esta Lei, estão previstos no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Conde, Estado da Paraíba, Brasil.

**Parágrafo Único.** Os servidores de que trata o “*caput*” deste artigo contribuirão para previdência oficial na forma da legislação de regência.

**Art. 12º.** A jornada de trabalho dos servidores ocupantes de cargos em comissão será de trinta horas semanais, cumprida de acordo com as necessidades da Secretaria da Câmara Municipal ou de cada parlamentar a que estiver vinculado.

**Parágrafo único.** Fica permitida a prestação de serviços extraordinários e externos a sede da Câmara Municipal, dependendo da necessidade de cada parlamentar.

**Art. 13º.** Os cargos em comissão do Grupo de Chefe de Gabinete, Assessor Parlamentar e Assessor Técnico Legislativo têm por finalidade a prestação de serviço de assessoramento técnico e político ao edil, de secretaria, assistência e assessoramento direto e exclusivo dos vereadores para atendimento de suas atividades político parlamentares para os quais estejam vinculados.

**§ 1º** Os cargos em comissão de Assessor Especial, Assessor Executivo, Assessor Parlamentar e Procurador podem, justificadamente, a critério do vereador para os quais estejam vinculados, tendo em vista a necessidade e o interesse público, desempenhar atividades em ambiente externo a sede da Câmara Municipal de Conde (PB), cabendo ao Vereador responsável a

fiscalização e controle do regular desempenho das funções públicas e da efetiva prestação do serviço desenvolvido.

**Art. 14º.** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações consignadas no orçamento da Câmara Municipal.

**Art. 15º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 1.119/2022, de 03 de março de 2022.

Conde, 20 de dezembro de 2022.

**KARLA PIMENTEL**  
Prefeita de Conde